

ENTRE RAÍZES E ASAS: O PANORAMA DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM PARINTINS/AM

Merianne da Silva Lima ¹
Roberto Sanches Mubarac Sobrino ²

RESUMO

A educação infantil é fundamental para o desenvolvimento integral das crianças e é assegurada por vários instrumentos legais no Brasil. O município de Parintins, no Amazonas, apresenta características geográficas e sociodemográficas que afetam a oferta de educação infantil. Este artigo examina a educação infantil em Parintins, destacando as especificidades das zonas urbanas e rurais, além da importância de políticas públicas e práticas pedagógicas que promovam a equidade educacional. O objetivo é analisar a educação infantil em Parintins, considerando as particularidades das áreas urbanas e rurais, e discutir a aplicação dos instrumentos legais brasileiros para garantir uma educação de qualidade e inclusiva. A pesquisa utilizou dados da Secretaria Municipal de Pecuária, Agricultura e Abastecimento (SEMPA) e da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Parintins, analisando quantitativamente e qualitativamente a população escolar, a distribuição de matrículas e a infraestrutura das pré-escolas e creches. O texto baseou-se na literatura do tema em questão e em documentos legais que asseguram a educação nesta modalidade, como a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A análise revelou uma distribuição desigual de matrículas entre as zonas urbana e rural, com maior concentração de pré-escolas na zona urbana. Nas áreas rurais, especialmente nas comunidades de várzea, a falta de infraestrutura e a alta rotatividade de professores são desafios significativos. O estudo conclui que, apesar dos esforços para ampliar o acesso à educação infantil, persistem desigualdades significativas. Políticas públicas devem focar na construção e adaptação de pré-escolas e na implementação de currículos que valorizem os saberes locais, fundamentais para uma educação inclusiva e de qualidade.

Palavras-chave: Educação infantil; Equidade educacional; Infâncias amazônicas.

INTRODUÇÃO

A educação infantil constitui a base fundamental para o desenvolvimento integral das crianças, sendo essencial para a formação de cidadãos críticos e conscientes. No Brasil, a educação infantil é amparada por diversos instrumentos legais que asseguram o direito à educação desde a primeira infância. A Constituição Federal (BRASIL, 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e as Resoluções do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2009) formam o arcabouço jurídico que garante esses direitos e define diretrizes para sua implementação.

¹ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia - PGEDA – EDUCANORTE da Universidade Estadual do Amazonas – UEA, lima_parintins@hotmail.com

² Orientador do trabalho. Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, rsobrinho@uea.edu.br

O município de Parintins, localizado no estado do Amazonas, apresenta características geográficas e sociodemográficas singulares, que influenciam diretamente na organização e oferta da educação infantil. Com uma população estimada em 96.372 habitantes, de acordo com o Censo de 2022 (IBGE, 2022), Parintins é o terceiro município mais populoso do interior do estado, ficando atrás apenas de Itacoatiara e Manacapuru que pertencem a região metropolitana de Manaus. A distribuição populacional e as condições socioeconômicas e culturais diversificadas entre as áreas urbanas e rurais apresentam desafios específicos para a gestão educacional.

As 190 comunidades rurais de Parintins, divididas entre 149 em áreas de terra firme e 41 em áreas de várzea, enfrentam obstáculos que vão desde a infraestrutura inadequada até a falta de recursos pedagógicos. A realidade das crianças que vivem nessas comunidades exige uma abordagem educacional que respeite e valorize suas especificidades culturais e ambientais. A necessidade de um currículo que considere as realidades do campo, das águas e das florestas é imperativa para garantir uma educação inclusiva e de qualidade (SEMPA, 2024).

Este artigo tem como objetivo apresentar um panorama da educação infantil no município de Parintins, com ênfase nas particularidades das zonas urbana e rural. Serão analisados dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Pecuária, Agricultura e Abastecimento (SEMPA) e pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), além de discussões baseadas nos instrumentos legais que regem a educação infantil no Brasil. Ao longo do artigo, são destacadas as especificidades das comunidades rurais e a importância de políticas públicas e práticas pedagógicas que promovam a equidade educacional. A revisão bibliográfica deste artigo fundamenta-se em autores e estudos contemporâneos que discutem a educação infantil no contexto brasileiro, com ênfase na realidade amazônica e nas políticas públicas voltadas para as comunidades rurais.

METODOLOGIA

Os dados deste estudo foram organizados por meio de fontes oficiais fornecidas pela Secretaria Municipal de Pecuária, Agricultura e Abastecimento (SEMPA) e pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) do município de Parintins/AM. Essas instituições disponibilizaram dados atualizados sobre a população escolar, a distribuição das matrículas na educação infantil, e a infraestrutura das pré-escolas e creche no município. A confiabilidade dessas fontes assegura a precisão dos dados utilizados para a análise.

Para a fundamentação legal e normativa deste estudo, foram utilizados os principais documentos que regem a educação infantil no Brasil. Entre eles, destacam-se a Constituição

Federal de 1988 (CF): que garante, em seu artigo 208, o direito à educação infantil em creche e pré-escola; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que reforça a proteção integral às crianças, incluindo o direito à educação; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece as diretrizes e bases para a educação infantil, destacando a importância do desenvolvimento integral da criança. Esses documentos legais foram utilizados para analisar como os direitos educacionais das crianças são assegurados e implementados em Parintins.

A análise dos dados foi realizada utilizando métodos quantitativos e qualitativos. Os dados quantitativos foram organizados em tabelas para facilitar a visualização e interpretação das informações sobre a distribuição das matrículas e a infraestrutura das escolas. As tabelas incluíram a quantidade de crianças matriculadas na educação infantil, divididas entre zona urbana e rural, e a quantidade de pré-escolas no município, igualmente divididas.

Os dados qualitativos foram analisados através da leitura crítica dos documentos e publicações acerca do tema. Este método permitiu identificar os principais desafios e especificidades enfrentados nas áreas de várzea e terra firme, proporcionando uma compreensão mais abrangente da realidade educacional no município.

REFERENCIAL TEÓRICO

O município de Parintins/AM possui uma vasta área rural composta por 190 comunidades, das quais 149 estão situadas em áreas de terra firme e 41 em áreas de várzea. Essas comunidades enfrentam desafios específicos que influenciam diretamente a oferta e a qualidade da educação infantil.

Nas comunidades de terra firme, a principal dificuldade reside no acesso às escolas, que muitas vezes estão localizadas a grandes distâncias das residências dos alunos. Isso exige longos deslocamentos diários que podem ser extenuantes e perigosos, especialmente durante a estação das chuvas. Além disso, a escassez de recursos pedagógicos e a rotatividade de professores agravam a situação, comprometendo a continuidade e a qualidade do ensino (PONTES et al., 2017).

As comunidades de várzea enfrentam desafios ainda mais complexos devido ao fenômeno natural da subida das águas. Durante a estação das cheias, essas áreas ficam submersas, o que força as escolas a interromperem suas atividades ou a adaptarem suas estruturas temporariamente. Isso afeta a frequência escolar e a permanência dos alunos em sala de aula, além de demandar soluções criativas para manter o ensino ativo nessas condições adversas (RIBEIRO et al., 2022).

A elaboração de um currículo que respeite e valorize a realidade das crianças das áreas rurais de Parintins é crucial para garantir uma educação inclusiva e relevante. As crianças do campo, das águas e das florestas possuem vivências e conhecimentos que são diretamente influenciados pelo ambiente natural em que vivem. Portanto, é fundamental que o currículo escolar incorpore essas realidades, valorizando os saberes locais e promovendo uma educação contextualizada.

O Referencial Curricular Amazonense (RCA) enfatiza a importância de um currículo que contemple as especificidades culturais e ambientais das crianças do Amazonas. Esse referencial propõe uma educação que valorize a identidade cultural das crianças, promovendo práticas pedagógicas que respeitem e integrem o conhecimento tradicional e as vivências locais. A RCA destaca que o desenvolvimento integral da criança deve incluir a valorização de suas experiências e do ambiente em que vive, promovendo uma educação significativa e contextualizada (MUBARAC SOBRINHO et al., 2021).

Mubarac Sobrinho et al. (2021) discutem a decolonização dos currículos, argumentando que a inclusão de saberes tradicionais e culturais é essencial para uma educação que respeite a diversidade e promova a igualdade. Os autores sugerem que a educação infantil deve ser adaptada para refletir as realidades locais, integrando o conhecimento tradicional e as práticas culturais das comunidades rurais.

O estudo de Ribeiro et al. (2022) fornece um relato detalhado dos desafios enfrentados pelos professores que atuam em escolas ribeirinhas na área de várzea de Parintins. A subida das águas, a falta de material didático adequado e a rotatividade de professores são alguns dos principais problemas identificados. No entanto, o estudo também destaca a riqueza cultural dessas comunidades e a importância de um currículo que valorize esses aspectos, promovendo uma educação relevante e respeitosa das particularidades locais. As autoras enfatizam a necessidade de políticas públicas que garantam a infraestrutura adequada e a formação continuada dos professores para lidar com essas condições específicas.

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 208, a obrigação do Estado em garantir a educação infantil em creche e pré-escola para crianças de zero a seis anos de idade. Esse direito é reforçado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que enfatiza a proteção integral à criança, incluindo o acesso à educação de qualidade (BRASIL, 1988; BRASIL, 1990).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) detalha as diretrizes para a educação infantil, destacando a importância do desenvolvimento integral da criança e estabelecendo parâmetros para a organização das instituições de ensino infantil. A LDB

estabelece que os currículos devem ser adaptados às realidades locais, respeitando as especificidades culturais e ambientais das crianças. As Resoluções do Conselho Nacional de Educação (RCA) complementam essas diretrizes, especificando os padrões de qualidade e os requisitos mínimos para o funcionamento das instituições de educação infantil (BRASIL, 1996).

Em Parintins, a aplicação desses instrumentos legais enfrenta desafios devido às condições geográficas e às limitações de infraestrutura nas áreas rurais. No entanto, esforços têm sido feitos para garantir que os direitos educacionais das crianças sejam respeitados. Por exemplo, a recente inauguração da primeira creche na área urbana de Parintins, com a oferta de 230 vagas, é uma medida concreta para ampliar o acesso à educação infantil no município. Essa iniciativa está alinhada com as diretrizes da LDB e da RCA, que promovem a expansão e a melhoria da qualidade da educação infantil (SEMED, 2023).

Além disso, projetos locais têm buscado adaptar o currículo escolar às realidades das comunidades rurais, incorporando saberes tradicionais e promovendo práticas pedagógicas contextualizadas. Esses esforços visam não apenas cumprir as disposições legais, mas também proporcionar uma educação que seja significativa e relevante para as crianças de Parintins. Por exemplo, o uso de material didático contextualizado que reflita a cultura e o meio ambiente local tem sido promovido para tornar o ensino mais próximo da realidade dos alunos (RIBEIRO et al., 2022).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, analisaram-se os dados relativos à educação infantil no município de Parintins/AM, com base no Censo de 2022 e no Censo Escolar de 2023, além das informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED). A análise incluiu a distribuição de matrículas na educação infantil, a infraestrutura das pré-escolas e creches, e a aplicação prática dos instrumentos legais que regem a educação infantil no Brasil. A discussão abordou as disparidades entre as zonas urbana e rural, destacando os desafios enfrentados e propondo soluções baseadas em políticas públicas e adaptações curriculares.

De acordo com o Censo de 2022, o município de Parintins possui uma população estimada em 96.372 pessoas, sendo o terceiro município mais populoso do interior do estado do Amazonas, ficando atrás apenas de Itacoatiara e Manacapuru, que fazem parte da região metropolitana de Manaus. Segundo o Censo Escolar de 2023, Parintins possui 29.536 alunos matriculados, distribuídos entre os níveis de ensino da seguinte forma: (i) ensino infantil com



5.272 alunos, (ii) ensino fundamental com 17.946 alunos, (iii) ensino médio com 6.318 alunos matriculados.

Tabela 1: População de Crianças Matriculadas na Educação Infantil na Rede Municipal de Parintins/AM – Zona Urbana e Rural

Nível de Ensino	Zona Urbana	Zona Rural (Terra-Firme)	Zona Rural (Várzea)
Maternal	887	463	37
I Período	1.139	521	64
II Período	1.203	535	67
Total	3.229	1.519	168

Fonte: SEMED/Parintins, 2024

Os dados indicam uma distribuição desigual de matrículas entre as zonas urbana e rural. Na zona urbana, há um total de 3.229 crianças matriculadas na educação infantil, enquanto nas áreas rurais de terra-firme e várzea, os números são significativamente menores, com 1.519 e 168 crianças, respectivamente.

Essa disparidade pode ser atribuída a vários fatores. Em primeiro lugar, a dificuldade de acesso e a falta de infraestrutura nas áreas rurais, especialmente nas comunidades de várzea, são problemas críticos. Durante a estação das cheias, a subida das águas pode interromper as atividades escolares, forçando as escolas a adaptarem suas estruturas ou a interromperem suas atividades temporariamente. Essa situação afeta significativamente a frequência escolar e a permanência dos alunos em sala de aula, exigindo soluções criativas, como o uso de barcos para transporte escolar e a construção de marombas para acessar as escolas (RIBEIRO et al., 2022)

Além disso, a escassez de recursos pedagógicos e a alta rotatividade de professores nas áreas rurais são fatores que comprometem a continuidade e a qualidade do ensino. Nas comunidades de terra firme, as escolas muitas vezes estão situadas a longas distâncias das residências dos alunos, o que exige deslocamentos diários extenuantes e perigosos, especialmente durante a estação das chuvas. A falta de material didático adequado e a ausência de formação continuada para os professores agravam a situação, resultando em um ensino que não consegue atender às necessidades específicas das crianças dessas regiões (SOUZA et al., 2023).

Esses desafios são exacerbados pela falta de políticas públicas eficazes que visem melhorar a infraestrutura educacional e fornecer recursos adequados para as escolas rurais. A

desigualdade no acesso à educação infantil entre as zonas urbana e rural de Parintins é um reflexo da necessidade urgente de intervenções que considerem as especificidades culturais e ambientais das comunidades do campo, das águas e das florestas. A implementação de currículos que integrem os saberes locais e valorizem as vivências culturais das crianças é essencial para promover uma educação inclusiva e de qualidade (ANDRADE, 2024).

Tabela 2: Quantidade de Pré-Escolas no Município de Parintins/AM – Zona Urbana e Rural

Zona Urbana	Zona Rural (Terra-Firme)	Zona Rural (Várzea)
13	3	0

Fonte: SEMED/Parintins, 2024

A Tabela 2 mostra a quantidade de pré-escolas no município de Parintins, destacando uma concentração significativa na zona urbana, com 13 pré-escolas, enquanto as áreas rurais de terra-firme possuem apenas 3 e as áreas de várzea nenhuma. Essa concentração nas áreas urbanas reforça a necessidade de políticas públicas que promovam a expansão da infraestrutura educacional nas zonas rurais, para garantir que todas as crianças tenham acesso à educação infantil de qualidade.

A disparidade na distribuição das pré-escolas pode ser atribuída a vários fatores. Primeiramente, as condições geográficas das áreas rurais de Parintins, especialmente as comunidades de várzea, representam um desafio significativo. Durante a estação das cheias, muitas dessas áreas ficam inacessíveis ou submersas, o que impede a construção e manutenção de instalações educacionais adequadas (SOUZA, 2006).

Além disso, a falta de infraestrutura básica, como estradas pavimentadas e transporte escolar adequado, dificulta ainda mais o acesso das crianças às pré-escolas nas áreas rurais. A construção de escolas em áreas de terra firme enfrenta obstáculos como terrenos acidentados e a falta de eletricidade e água potável, o que torna a operação diária das escolas um desafio contínuo (OLIVEIRA et al., 2023)

A concentração de pré-escolas na zona urbana também reflete um investimento desigual por parte das políticas públicas. Enquanto a zona urbana de Parintins beneficia-se de uma maior disponibilidade de recursos e infraestrutura, as áreas rurais, especialmente as comunidades de várzea, são frequentemente negligenciadas. Essa desigualdade é exacerbada pela falta de políticas públicas eficazes que abordem as necessidades específicas das comunidades rurais (AZEVEDO et al., 2023).

Para enfrentar esses desafios, é fundamental que as políticas públicas se concentrem em expandir a infraestrutura educacional nas zonas rurais. Isso inclui não apenas a construção de

novas pré-escolas, mas também a adaptação das existentes para torná-las resistentes às condições climáticas adversas, como a elevação das estruturas para evitar inundações e a implementação de sistemas de transporte escolar que possam operar durante as cheias (CASTRO, 2019).

Além disso, é fundamental que as políticas de formação e retenção de professores sejam fortalecidas. A alta rotatividade de professores nas áreas rurais compromete a continuidade e a qualidade do ensino. Programas de incentivo para atrair e reter professores qualificados nessas regiões, juntamente com oportunidades de desenvolvimento profissional contínuo, são essenciais para melhorar a educação infantil nas comunidades de terra firme e várzea (LEÃO, 2015).

A implementação de currículos que respeitem e valorizem a realidade das crianças do campo, das águas e das florestas é igualmente importante. O Referencial Curricular Amazonense (RCA) destaca a importância de uma educação que contemple as especificidades culturais e ambientais das crianças do Amazonas. Promover práticas pedagógicas que integrem os saberes locais e as vivências culturais das crianças pode ajudar a tornar a educação mais relevante e significativa para elas (MUBARAC SOBRINHO; BETTIOL, 2022).

Em todo o município de Parintins, há somente uma creche, inaugurada no ano de 2024, pelo gestor municipal. A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) informou que foram ofertadas 230 vagas, distribuídas da seguinte forma: berçário I (bebês de 6 meses a 11 meses): 30 vagas; berçário II (bebês de 1 ano a 1 ano e 11 meses): 100 vagas; maternal (crianças de 2 anos a 2 anos e 11 meses): 100 vagas.

Essa iniciativa é um passo importante para aumentar o acesso à educação infantil em Parintins, mas ainda é insuficiente para atender a demanda total, especialmente nas áreas rurais.

Os relatos de experiências de professores nas escolas ribeirinhas destacam a necessidade de políticas públicas que garantam infraestrutura adequada e formação continuada dos professores para lidar com as condições específicas das áreas de várzea (RIBEIRO et al., 2023).

A aplicação dos instrumentos legais, como a Constituição Federal, o ECA, a LDB e as Resoluções do Conselho Nacional de Educação, é fundamental para garantir os direitos educacionais das crianças. No entanto, a efetivação desses direitos enfrenta barreiras significativas em Parintins devido às condições geográficas e à falta de infraestrutura nas áreas rurais.

A Constituição Federal de 1988 (CF) estabelece, em seu artigo 208, a obrigação do Estado em garantir a educação infantil em creche e pré-escola para crianças de zero a seis anos de idade. Esse direito é reforçado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que

ênfatisa a proteção integral à criança, incluindo o acesso à educação de qualidade (BRASIL, 1988; BRASIL, 1990).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) detalha as diretrizes para a educação infantil, destacando a importância do desenvolvimento integral da criança e estabelecendo parâmetros para a organização das instituições de ensino infantil. A LDB estabelece que os currículos devem ser adaptados às realidades locais, respeitando as especificidades culturais e ambientais das crianças. As Resoluções do Conselho Nacional de Educação (RCA) complementam essas diretrizes, especificando os padrões de qualidade e os requisitos mínimos para o funcionamento das instituições de educação infantil (BRASIL, 1996).

A creche na área urbana de Parintins é um exemplo de esforço para ampliar o acesso à educação infantil. No entanto, são necessárias mais iniciativas que visem a melhoria da infraestrutura educacional e a adaptação dos currículos às realidades locais, para atender adequadamente às necessidades das crianças das áreas rurais. O uso de material didático contextualizado, que reflita a cultura e o meio ambiente local, tem sido promovido para tornar o ensino mais próximo da realidade dos alunos (RIBEIRO et al., 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresenta uma análise sobre a educação infantil no município de Parintins/AM, com um foco especial nas disparidades entre as zonas urbana e rural. Através da análise dos dados fornecidos pelo Censo Escolar de 2023 e pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), identificou-se os desafios e particularidades que influenciam a oferta e a qualidade da educação infantil na região.

Os objetivos do estudo foram cumpridos ao proporcionar uma visão clara sobre a distribuição das matrículas na educação infantil, a infraestrutura disponível e a aplicação prática dos instrumentos legais que regem a educação infantil no Brasil. A análise revelou uma concentração significativa de pré-escolas na zona urbana, com 13 unidades, enquanto as áreas rurais de terra-firme possuem apenas 3 e as áreas de várzea nenhuma. Essa desigualdade reflete a necessidade urgente de políticas públicas que promovam a expansão da infraestrutura educacional nas zonas rurais.

Os dados indicam que, apesar da recente inauguração de uma creche na área urbana de Parintins, a demanda total por vagas na educação infantil, especialmente nas áreas rurais, ainda não é atendida adequadamente. As dificuldades de acesso, a falta de infraestrutura básica, a escassez de recursos pedagógicos e a alta rotatividade de professores continuam sendo

obstáculos significativos que comprometem a continuidade e a qualidade do ensino nas comunidades rurais de terra-firme e várzea.

As políticas públicas devem, portanto, se concentrar na construção de novas pré-escolas e na adaptação das existentes para torná-las resistentes às condições climáticas adversas. A implementação de sistemas de transporte escolar adequados e programas de incentivo para atrair e reter professores qualificados nessas regiões são essenciais para melhorar a educação infantil nas áreas rurais.

Além disso, a adaptação dos currículos para refletir as realidades locais, valorizando os saberes tradicionais e culturais das crianças do campo, das águas e das florestas, é fundamental para promover uma educação inclusiva e relevante. O Referencial Curricular Amazonense (RCA) e os estudos sobre a decolonização dos currículos fornecem diretrizes importantes para essa adaptação.

Em conclusão, este estudo destaca e reitera a importância de intervenções políticas e educacionais direcionadas para mitigar as desigualdades no acesso à educação infantil em Parintins. Ao promover a expansão da infraestrutura educacional nas zonas rurais e adaptar os currículos às realidades locais, será possível garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação infantil de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento integral e equitativo das novas gerações. Entre raízes e asas, é possível criar uma educação que seja ao mesmo tempo firmemente enraizada nas tradições e culturas locais, e que ofereça às crianças as asas necessárias para alcançar novos horizontes e explorar todo o seu potencial.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Irany Oliveira de et al. **A educação especial no contexto da escola rural/ribeirinha na cidade de Manaus Amazonas-Brasil: reflexões sobre a avaliação e desempenho de alunos no período de 2012 a 2022.** 2024. Tese de Doutorado.

AZEVEDO, Sâmia Mendes de et al. As múltiplas linguagens e o desenvolvimento integral das crianças no cotidiano de uma escola pública de educação infantil no município de Parintins-AM. 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm).

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm).

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Brasília: MEC, 2009. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192.

IBGE. Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/en/census-2022-home.html>.

CASTRO, Elianice Silva. A infraestrutura escolar brasileira como indicador para políticas públicas e para um padrão de qualidade em educação. 2019.

LEÃO, Áurea Maria de Nazaré. Educação do campo: um estudo acerca das dificuldades encontradas pelo docente de sala multisseriada de algumas Escolas Públicas da área Rural de Irituia-Pa. 2015.

OLIVEIRA, Tiago Idalino et al. ESTRUTURAS DE ESCOLAS DA ZONA RURAL PARA A REALIZAÇÃO DE AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 7, p. 741-751, 2023.

PONTES, Jhaina Aryce et al. Ressignificando os conceitos de criança e infância. **Revista Amazônica: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas**, v. 2, n. 1, p. 113-129, 2017.

RIBEIRO, Sabrina Jacaúna et al. Relato de experiências sobre os desafios de professores em escolas ribeirinhas da área de várzea da zona rural do município de Parintins. 2022.

SEMED. Censo escolar 2023. Secretaria Municipal de Educação – Prefeitura Municipal de Parintins. 2024.

SEMPA - Secretaria Municipal de Pecuária, Agricultura e Abastecimento. Prefeitura Municipal de Parintins. Disponível em: <https://parintins.am.gov.br/?q=277-conteudo-101675-secretaria-municipal-de-pecuaria-agricultura-e-abastecimento-sempa>.

SOBRINHO, Roberto Sanches Mubarac; BETTIOL, Célia Aparecida. Entre o “dito” e o “não-dito”: uma análise crítica da BNCC e do RCA para a educação infantil na rede de educação do Amazonas. **Debates em Educação**, v. 14, p. 26-43, 2022.

SOBRINHO, Roberto Sanches Mubarac; DE SOUZA, Ádria Simone Duarte; BETTIOL, Célia Aparecida. Decolonização dos currículos: diálogos possíveis com a escola indígena. **Revista Pedagógica**, v. 23, p. 1-19, 2021.

SOUZA, José Camilo Ramos de. O currículo da escola de Várzea e o ensino de geografia no município de Parintins. 2006.